



Ensino de Sociologia na Educação Básica: um olhar sobre o perfil e a formação dos professores no Rio Grande Do Sul

Célia Elizabete Caregnato¹
Juliano Möller Rodrigues²
Leandro Raizer³

Resumo

A consolidação da Sociologia desde o seu retorno como disciplina obrigatória no Ensino Médio (Lei 11.684/2008), apresenta um quadro de desafios e impasses quanto à formação dos profissionais que atuam na área. O presente estudo aborda a situação do Ensino de Sociologia no Rio Grande do Sul, analisando quem são os profissionais envolvidos com a disciplina, quais são as suas formações e as suas condições de trabalho. Com o compromisso de refletir e contribuir para qualificar a presença da disciplina no currículo escolar, apresentamos resultados parciais da pesquisa intitulada "Formação dos professores e Ensino da disciplina de Sociologia no Rio Grande do Sul". Os resultados baseiam-se na análise de dados do Censo Escolar produzidos pelo INEP sobre o ano de 2016 e de formulários respondidos por professores que ministravam a disciplina na Educação Básica em 2016, tanto na rede pública quanto privada. Entre os resultados, destacam-se a carga horária insuficiente como uma das maiores dificuldades, assim como a falta de legitimidade da Sociologia frente às outras disciplinas. Tais resultados apontam para a necessidade do debate sobre as condições do Ensino de Sociologia no Ensino Médio, visando a implementação das políticas públicas de formação de professores e de incentivo a qualificação e atuação no magistério.

Palavras-chave: Sociologia. Formação de Professores. Educação básica.

Teaching Sociology in Basic Education: profile and formation of teachers in Rio Grande do Sul

Abstract

The consolidation of Sociology since its return as a compulsory discipline in secondary education (Law 11684/2008) presents a framework of challenges and impasses regarding the training of professionals working in the area. The present study addresses the situation of

¹Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Pesquisadora do Laviecs/CNPq. E-mail: celia.caregnato@gmail.com

²Licenciado em Ciências Sociais, bolsista PIBIC-CNPq/UFRGS. E-mail: jubaomr@gmail.com

³Doutor em Sociologia. Professor da UFRGS. Vice-coordenador do Laviecs/CNPq. E-mail: leandraizer@gmail.com

Sociology in Rio Grande do Sul, analyzing who are the professionals involved with the discipline, what are their formations and their working conditions. In order to reflect and qualify the presence of the discipline in the school curriculum, we present part of the results of the project: "Teacher Training and Teaching of Sociology in Rio Grande do Sul". The results are based on the analysis of data from the 2016 School Census and forms answered by teachers who teach the discipline in basic education in 2016, both in the public and private schools. Among the results, the following stand out: insufficient workload as one of the greatest difficulties, as well as the lack of legitimacy of sociology in relation to other disciplines. These results point to the need for a debate on the conditions of Sociology Teaching in High School, aiming at the implementation of public policies in the training of teachers and encouraging qualification and acting in the teaching profession.

Key-words: Sociology. Teacher education. Basic education.

Introdução

Diante da sua história intermitente na Educação Básica, a Sociologia vem retomando gradativamente seu espaço nos currículos escolares, desde os anos 1980, no período de redemocratização brasileira, consolidando-se com o Parecer CNE/CEB nº 38/06 e com a Lei nº 11.684/08, que reintroduz a disciplina em todas as séries do Ensino Médio. Pesquisando o tema do ensino de Sociologia na educação básica nos deparamos com um campo de uma extensa e crescente produção bibliográfica (CAREGNATO; CORDEIRO, 2014; HANDFAS, 2011). Como afirma SCHWEIG (2015, p.16), estamos diante de uma “tomada” do ensino de Sociologia como objeto de produção de conhecimento nas Ciências Sociais, como também em um processo de "disciplinarização da Sociologia". As pesquisas são voltadas à elaboração de materiais didáticos, conteúdos e metodologias de ensino, formação dos professores (habilitação/licenciatura em Ciências Sociais), avaliação, currículo, parâmetros e orientações adequadas ao Ensino Médio.

Entre algumas questões mais urgentes que envolvem o retorno da Sociologia às escolas, um aspecto central diz respeito ao perfil dos professores que ministram a disciplina. Se o debate até aqui se preocupou com questões como “o quê ensinar” e “como ensinar”, agora dá atenção aos sujeitos do ensino, em especial, aos professores, sua formação e as condições nas quais exerce sua atividade. Este estudo procurou trabalhar com elementos como: quem são os professores em termos de sua área de formação, quais os seus contextos de atuação e quais as dificuldades que envolvem o ensino da Sociologia. Perguntamos quem é o professor de Sociologia, como atua, em que condições.

A situação do ensino de Sociologia na Educação Básica e dos professores são questões pertinentes no intuito de reconhecer os desafios e potencialidades da disciplina no contexto da

obrigatoriedade (2008/2017). A Sociologia, como disciplina escolar, ainda luta por consolidar-se e isso requer que se pense as condições de oferta, tendo em vista o perfil do profissional atuante. Desde o seu retorno ao ensino médio regular, a Sociologia apresenta a situação mais crítica de adequação de formação docente frente ao quadro nacional, em que apenas 25,8% dos professores possuem formação em Ciências Sociais/Sociologia (INEP, 2016). Identificamos, portanto, um quadro de professores sem formação específica atuando nas turmas de ensino médio.

Conforme recomendam Miguel Arroyo (1987) e Maurice Tardif (2002), por meio de diferentes abordagens teóricas, consideraremos a relação entre aspectos teóricos e práticos na análise dos dados. Partimos de um olhar sociológico que considera a historicidade e os contextos dos acontecimentos como recomenda Nobert Elias (1994; 1999; 2000). Tratamos de presenças e ausências na prática do ensino de Sociologia com base nos dados coletados sobre o perfil. Além disso, valorizamos o ponto de vista dos próprios professores sobre as condições nas quais exercem a profissão.

Destacamos que a discussão sobre o perfil dos professores de Sociologia e suas condições de trabalho se situa em contexto amplo formado por políticas educacionais e por configurações sociais que explicitam redes de relações complexas e interdependentes (ELIAS, 1994; 1999; 2000). Assim, a Educação Básica brasileira e o Ensino Médio inserem-se em uma configuração que interliga condições societárias, Estado e as relações sociais cotidianas no âmbito da educação escolar. As políticas educacionais postas em ação, passam pelo financiamento da União, do Estado e dos Municípios, os quais possuem diferentes níveis de poder decisório. As formas de gestão da educação, os planos de carreira e os salários dos docentes constituem-se como elementos fundamentais na análise da condição de ser professor. Outra dimensão da realidade que intervém na Educação Básica são as relações entre as estruturas sócio educacionais, a configuração das instituições escolares e as relações entre os seus diversos atores, com características culturais variadas (nacionais, regionais e locais) e seus hábitos estruturados.

Neste artigo buscamos identificar quem são os profissionais que atuam no ensino escolar de Sociologia, respondendo às seguintes questões: qual é a formação acadêmica dos professores? Qual é a situação quanto à realização de formação continuada pelos profissionais? Quais são as maiores dificuldades para o ensino da Sociologia no Ensino Médio?

Procuramos elementos comparativos entre grupos de professores e estão produzimos também as seguintes questões: quem são os professores de Sociologia atuantes na educação básica do Rio Grande do Sul? A formação e o perfil do professor (Bacharel/Licenciado)

influenciam no modo de perceber as dificuldades no Ensino de Sociologia? Na distinção entre os professores com e sem formação específica, Bacharelado/Licenciatura em Ciências Sociais ou Sociologia a diferença quanto à percepção das dificuldades enfrentam no ensino de Sociologia? Como eles veem o interesse e a resistência dos alunos aos temas sociológicos? Como avaliam a condição da disciplina no currículo escolar, seu reconhecimento na relação com outras atividades e disciplinas escolares e sua carga horária?

A seguir apresentamos os procedimentos metodológicos da pesquisa, contextualizamos o ensino de Sociologia na Educação Básica para apresentarmos os dados e discuti-los.

Procedimentos Metodológicos

No intuito de responder aos questionamentos da investigação, buscamos e analisamos dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), através do Censo Escolar de 2016. Além disso, utilizamos instrumento próprio a partir de questionários respondidos por professores. O questionário abordou tanto temas socioeconômicas, como a jornada de trabalho, a renda, o número de escolas nas quais trabalham, alunos e turmas por docente e formação. Ainda, buscamos elementos sobre as principais dificuldades apontadas pelos professores de Sociologia no ensino médio.

Os questionários foram produzidos no formato de formulário *online* na plataforma do Google, e enviados por e-mail a aproximadamente 200 professores de diversas regiões e escolas, tanto públicas como privadas do Rio Grande do Sul. A definição dos professores se deu através do Laboratório Virtual Interativo de Ensino de Ciências Sociais (LAVIECS) em que o banco de dados foi disponibilizado e também a partir do acionamento da própria rede de docentes que se ampliou a partir do compartilhamento virtual. O período do envio dos questionários e da coleta dos dados foi, entre abril e maio de 2016. Obtivemos retorno de 60 desses questionários. As informações recebidas foram organizadas em uma tabela do Excel, o que possibilitou criar um banco de dados para posterior análise com a utilização do software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

O quadro abaixo sintetiza uma visão de contexto preliminar para o desenvolvimento da pesquisa. Ele foi elaborado com base em elementos da bibliografia e dos bancos de dados com os quais trabalhamos e permitem que sejam visualizados aspectos que serão discutidos adiante.

Quadro 1 - Processo de contextualização do problema.

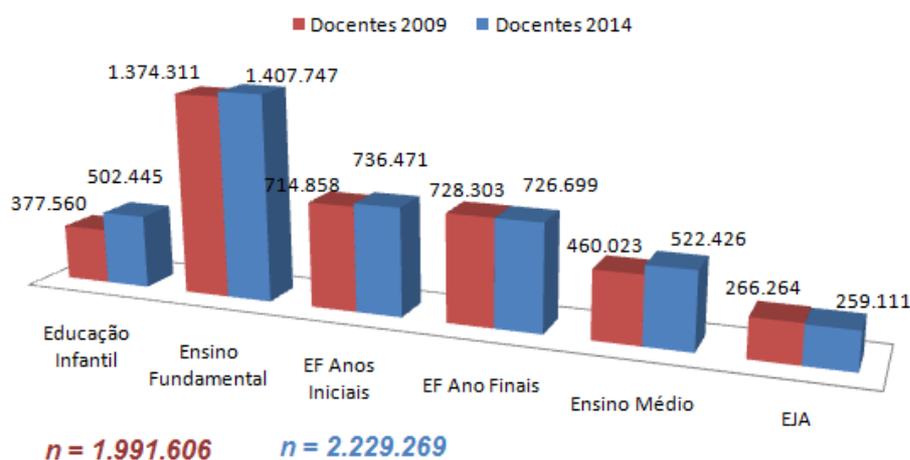
Problema a ser analisado	Elementos observados
<p>Quem são os professores que ministram/lecionam a disciplina de Sociologia no Ensino Médio?</p> <p>Quais os desdobramentos de professores sem formação específica em Ciência Sociais/Sociologia atuando no Ensino Médio?</p>	<p>Apenas 25,8% dos docentes que lecionam Sociologia no Ensino Médio possuem formação específica. (INEP, 2016)</p> <p>Há 213.965 turmas de Ensino Médio que não são atendidas por professores com formação específica. (INEP, 2013)</p>
<p>Contexto</p> <p>1) Recente retorno da disciplina à grade curricular do Ensino Médio.</p>	<p>Processo de legitimação; Consolidação e processo de disciplinarização do conhecimento sociológico.</p>
<p>2) Desvalorização da carreira profissional docente.</p>	<p>Professores em condições de disputa procuram postos de trabalho mais competitivos e mais valorizados.</p>
<p>3) Condições de trabalho.</p>	<p>Escolas com estruturas precárias.</p>
<p>4) Carga horária.</p>	<p>20h/40h - Muitas vezes para fechar as horas os professores acabam buscando outra(s) disciplina(s).</p>
<p>5) Remuneração.</p>	<p>O RS é um dos estados que não paga o piso salarial nacional.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INEP de 2013 e 2016 e do Questionário de Pesquisa.

A Realidade da Educação Básica

No Brasil, temos aproximadamente 2,2 milhões de professores atuantes na educação básica. O Ensino Médio representa 23% do total das demais etapas, o que equivale a 519,6 mil dos professores atuantes em todas as redes e modalidades (INEP, 2016). De acordo com os dados do Censo Escolar, disponibilizados pela Plataforma CultivEduca, no período de 2009 a 2014, tivemos um crescimento de 10,6% (237.663) no número total de professores em todas as redes e etapas de ensino. Identificamos um crescimento de 33% no número de professores da educação infantil e um crescimento tímido de 2% no ensino fundamental, 3% nos anos iniciais e uma pequena queda de 0,3% nos anos finais do Ensino Fundamental (EF). A modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) teve uma redução de 2,6%. O Ensino Médio teve um crescimento de 13,5% no mesmo período (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Distribuição dos professores por etapas de ensino – Brasil – 2009-2014.



Fonte: Plataforma CultivEduca – UFRGS. Elaboração própria.

Os dados acima mostram que houve crescimento relativo no número de professores para o Ensino Médio, entretanto o crescimento do número de estudantes para o período foi percentualmente maior. Outro elemento importante a considerar diz respeito ao fato de que o Ensino Fundamental é uma etapa da educação formal que já está consolidada no sentido de haver oferta praticamente universal e também no sentido de que já possui vasta experiência de ensino com variados públicos aos quais atende. Portanto o crescimento do Ensino Médio frente ao Fundamental, se torna coerente. Não só não atingimos o atendimento universal do nível médio, como também temos grandes índices de defasagem entre os jovens de 15 a 17 e os anos escolares.

O ensino médio é oferecido em 28,3 mil escolas no Brasil, 68,1 % das escolas de ensino médio são estaduais e 29, 2% são privadas. São 8,1 milhões de matrículas no ensino médio, com a atuação de 519, 6 mil professores. Do total de docentes que atuam no ensino médio, 58,2% atuam em uma única escola, o restante manifesta o trabalho docente em mais de uma. Dos docentes de ensino médio, 93,3 % possuem ensino superior completo e 82,9% possuem ensino superior completo em licenciatura (INEP, 2016).

Nos anos finais do ensino fundamental apresenta-se 12,2 milhões de matrículas (INEP, 2016). Neste mesmo censo, as matrículas de ensino médio referem-se a 8,1 milhões, como constatado anteriormente. Tais condições, nos coloca a pensar sobre os fluxos escolares, ou seja, considerando que o ingresso e a permanência no ensino fundamental implicariam no aumento do número de matrículas do ensino médio. O Brasil ainda está longe de alcançar patamares ideais de universalização da educação básica, pois as altas taxas de evasão escolar continuam altas.

Quanto as características censitárias, 80,2% do corpo docente brasileiro é composto por mulheres (INEP, 2016), o que defende a tese de "feminização da docência", fenômeno que ocorre desde a criação das primeiras Escolas Normais no final do século XIX, onde predominantemente mulheres eram recrutadas para o magistério das primeiras letras.

A própria escolarização de nível médio da mulher se deu pela expansão dos cursos de formação para o magistério, permeados pela representação do ofício docente como prorrogação das atividades maternas e pela naturalização da escolha feminina pela educação (GATTI; BARRETO, 2009, p. 20)

No Rio Grande do Sul, o percentual de mulheres alcança 85% e Porto Alegre 81%. Sendo as mulheres a maioria das docentes nas salas de aula, podemos problematizar questões referentes à inserção da mulher nas diferentes redes de ensino, demonstrando algumas diferenças de gênero quanto às mesmas. Podemos constatar que a rede municipal possui o maior número de mulheres (90%), assim como na rede estadual (83%). Na rede privada, tais constatações se reafirmam, com a presença de 84% de docentes mulheres, invertendo-se apenas na rede federal, possuindo maior número de homens (51,6%) (INEP, 2016).

Quanto à raça/cor dos professores, o percentual expressivo de 30,5% (36.883) dos professores não respondeu à questão, ou seja, não declararam a sua própria cor, o que pode refletir problemas com a própria identidade e a maneira de situar-se. Outro dado que cabe destaque é o baixo índice de professores autodeclarados negros, apenas 3,5% (2.954) (INEP, 2016) atua na Educação Básica. Cabe destacar que:

“83,2% da população do Rio Grande do Sul declara-se branca, enquanto no Brasil somente 47,7% se declara como tal. Ainda, no Rio Grande do Sul, 5,6% se declaram pretos e 10,6% se declaram pardos, enquanto estes percentuais para a população brasileira são de 7,6% e 43,1%, respectivamente.” (CAREGNATO; OIVEN, 2017, P. 176)

A idade média dos professores é de 40 anos, aproximadamente 453.554 mil possuem mais de 50 anos (INEP, 2016), o que é preocupante, visto que muitos estão próximos de se aposentar e as estimativas do Censo Escolar apontam para a falta de professores em diversas disciplinas, inclusive na Sociologia. O tipo de profissional que está atuando na sala de aula ainda está distante do que é previsto, conforme os incisos I, II e III do art. 61 da Lei 9.394 de 1996, na qual postulou-se a formação dos docentes em nível superior em um prazo de 10 anos (2006). A lei que visava assegurar que todos os educadores da Educação Básica obtivessem formação específica em nível superior na área de conhecimento em que atuam. A determinação

legal foi postergada e, posteriormente, tornou-se uma das 20 metas (Meta 15) propostas pelo Plano Nacional de Educação (PNE)⁴.

O Plano Nacional de Educação (2014-2024) estabelece metas e estratégias para a melhoria e valorização dos profissionais da educação. Algumas metas propostas pelo PNE que dizem respeito à formação dos professores e são consideradas estratégicas para a consolidação das demais metas:

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 17 - valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Meta 18 - assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Passados 20 anos da Lei 9.394/96, temos um quadro de 22,5% dos professores sem curso superior atuando na Educação Básica. Desses 77,5% com nível superior completo, 90% possuem Licenciatura. No Ensino Médio, esse percentual é mais elevado, 93,3% têm nível superior completo e 82,9% têm nível superior completo com licenciatura (INEP, 2016). Deste modo, apesar do aumento do número de professores formados ainda persiste um quadro muito aquém do que postula a Lei maior e também da meta do PNE de atingir 100% de professores formados até 2024 na área em que atuam, pois nota-se uma dificuldade em adequar professores licenciados na área de sua formação como é o caso da disciplina de Sociologia, na qual cerca de 74,2% dos professores não possuem formação específica na área em que atuam (INEP, 2016 p. 28).

Os desdobramentos dos que atuam sem nenhuma formação específica ou que atuam em área distinta da sua formação nos instiga a questionar a qualidade do ensino ofertado, nas habilidades, assim como na identidade do docente com a própria disciplina: os chamados

⁴Garantir a política nacional de formação e valorização dos profissionais assegurando que todos os professores da Educação Básica tenham nível superior, obtido em curso de licenciatura.

"professores quebra-galhos" que, muitas vezes, dada a necessidade de completar a carga horária de 20/40 horas semanais acabam ministrando outra(s) disciplina(s) em mais de uma escola.

No que diz respeito à formação inicial dos professores de todas as redes e etapas de ensino, cabe destacar que o Rio Grande do Sul está acima da média nacional (77,5%), com 81% dos professores com nível superior e Porto Alegre com 76,8% (INEP, 2016). No que se refere à qualificação dos professores com níveis maiores de titulação, os dados demonstram que 55% não possuem nenhuma pós-graduação, sendo muito baixo o percentual de mestres (2,6%) e doutores (0,5%) lecionando na Educação Básica (INEP, 2016). A especialização constitui-se como uma alternativa, digamos, mais acessível para os que buscam a pós-graduação, alcançando um percentual de 41,8% (INEP, 2016). A formação continuada dos professores revela um contexto preocupante: de cada 10 professores 6 não possuem formação continuada, o que equivale a 66,6% do total. Apenas 20,5% dos docentes têm formação continuada específica na área. No Ensino Médio apenas 10,73% (INEP, 2016).

Perfil do Professor de Sociologia do Ensino Médio

Segundo estudo do INEP, estima-se que para atender a atual demanda do Ensino Médio regular, o Brasil necessite de 16,8 mil professores de Sociologia com formação específica (licenciatura plena em Ciências Sociais/Sociologia) com uma jornada de trabalho de 40 horas exclusivas (INEP, 2013 p. 93).

Sobre a demanda de licenciados na área, os dados evidenciam que do total de 72 mil ingressantes, 29,9 mil alunos concluíram o curso superior de Licenciatura em Ciências Sociais/Sociologia no período de 2001 a 2013 (INEP, 2013 p. 99). As instituições públicas de educação superior (estadual e federal) foram responsáveis por 74,3% das formações em Ciências Sociais no período. Interessante refletirmos sobre as condições de permanência dos alunos no curso e o que leva mais da metade desses alunos desistirem. O número de concluintes no período é muito baixo comparado com a demanda.

Os professores que atuam no ensino de Sociologia no Ensino Médio representam, em 2013, um total de 47.961, dos quais apenas 12,7% (6.094) lecionam apenas esta disciplina e 87,3% (41.867) ministram em outras, como história, pedagogia, filosofia, geografia (INEP, 2013 p. 94). Diante das condições mínimas necessárias para o exercício do trabalho docente, como é o caso do piso salarial e carga horária máxima estabelecidos pela Lei nº 11.738/2008, professores licenciados na área com uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, atendendo no máximo 16 turmas, $\frac{2}{3}$ em sala de aula - o que totaliza uma jornada de 26,7 horas de

atividades em sala de aula, temos uma realidade na qual apenas 4.556 (9,7%) professores lecionando apenas Sociologia e exclusivamente no Ensino Médio (INEP, 2013 p. 94).

Para melhor ilustrar quem são os professores que lecionam a disciplina de Sociologia no Brasil, a tabela 1 apresenta uma síntese das áreas de formação. O número total absoluto de professores para o período é maior do que o apresentado oficialmente pelo Censo Escolar de 2013, pois o mesmo inclui os professores de todas as redes e níveis de ensino⁵.

Tabela 1 - Número de professores do Ensino Médio que lecionam Sociologia, segundo a área de formação – Brasil, 2014.

Área de formação	Número	%
História	10.772	18,7
Pedagogia/Ciências da Educação	8.621	14,9
Ciências Sociais	6.527	11,3
Sem Formação Superior	5.751	10
Geografia	5.363	9,3
Filosofia	5.480	9,5
Outro curso de formação superior	3.660	6,3
Letras Língua Portuguesa/Estrangeira	4.406	7,6
História (Bacharelado)	1.947	3,3
Matemática	1019	1,7
Ciências Biológicas	837	1,4
Direito (Bacharelado)	457	0,7
Ciências Naturais/Ciências da Terra	434	0,7
Educação Física	407	0,7
Química	374	0,6
Psicologia (Bacharelado)	273	0,4
Teologia (Bacharelado)	252	0,4
Serviço Social (Bacharelado)	189	0,3
Artes Visuais	247	0,4
Administração (Bacharelado)	132	0,2
Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica	100	0,1
Física	119	0,2
Ciências Econômicas/Ciências Contábeis	116	0,2
Total	57.483	100

Fonte: Plataforma CultivEduc. Elaboração própria⁶

Podemos constatar que do total de 57.483 professores que ministram a disciplina de Sociologia apenas 11,3% são formados em Ciências Sociais/Sociologia. Desde 2007, os cursos de História (18,7%), Pedagogia (14,9%), continuam sendo as áreas que mais atuam no ensino

⁵Cálculo feito a partir da Plataforma CultivEduc.

⁶ Cálculo realizado pela Plataforma CultivEduc com todas as redes e níveis de ensino.

da Sociologia. Destacando também os 10% de professores "sem formação superior" e os 6,3% de "outros cursos" que compõem uma gama de diversas áreas de formação, incluindo desde profissionais do turismo, engenharia, contabilidade, odontologia até tecnólogos de diversas áreas. Dentre os 100 cursos disponíveis como opção no questionário disponibilizado pelo INEP, praticamente todas as áreas estão contempladas na lista⁷.

No caso do Rio Grande do Sul (Tabela 2), temos um total de 3.227 professores atuantes no ensino de Sociologia, sendo que destes, 31,8 % (1.048) são formados em História, 15% (497) em Pedagogia/Ciências da Educação e 13 % em Ciências Sociais/Sociologia.

Tabela 2 - Número de professores do Ensino Médio que lecionam Sociologia, segundo a área de formação – Rio Grande do Sul, 2014.

Área de formação	N	%
História	1.048	31,80
Pedagogia/Ciências da Educação	497	15
Ciências Sociais/Sociologia	426	13
Filosofia	411	12,5
Geografia	304	9
Sem Formação Superior	165	5
Letras/Língua Portuguesa/Língua Estrangeira	137	4
Outro curso de formação superior	60	2
Ciências Biológicas	38	1
Educação Física	34	1
Matemática	32	1
Direito	23	0,7
Psicologia (Bacharelado)	18	0,5
Ciências Naturais	18	0,5
Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica	11	0
Teologia (Bacharelado)	9	0
Bacharelado Interdisciplinar em Artes (Bacharelado)/Artes Visuais	17	0
Ciência política (Bacharelado)	7	0
Química	6	0
Administração (Bacharelado)	4	0
Publicidade e Propaganda (Bacharelado)	3	0
Geografia (Bacharelado)	3	0
Física	4	0
Ciências Econômicas/Ciências Contábeis	5	0
Jornalismo/Comunicação Social	2	0
Engenharia	3	0
Ciência da Computação (Bacharelado)	2	0
Total	3.287	100

Fonte: Plataforma CultivEduc. Elaboração própria⁸

⁷ Para a apresentação deste trabalho a tabela apresenta o cursos que compõem 90% dos professores.

⁸ Cálculo realizado pela Plataforma CultivEduc com todas as redes e níveis de ensino.

O ensino de Sociologia na Educação Básica brasileira, se tomado pelo índice de formação de professores na área específica, enfrentou e ainda enfrenta grandes desafios para a sua consolidação (RAIZER, 2017). Vemos que a proporção de professores com formação específica fica entre 10 e 15% tanto no estado do Rio Grande do Sul, como no Brasil. O fato mostra que a disciplina vem sendo trabalhada por outros profissionais e a prática escolar tem nos mostrado que os professores abordam temas sociológicos a partir de suas perspectivas de formação, ou seja, as perspectivas históricas, filosóficas, etc. Nessas condições vemos que a ideia de consolidação da disciplina escolar está bastante distante.

Com a finalidade de aprofundar a discussão e responder em que medida a formação dos professores determina a sua relação e identidade com o ensino de Sociologia nas redes pública e privada do Rio Grande do Sul, apresentamos dados e os resultados encontrados com base na coleta de informações feita por meio do questionário enviado aos professores.

Análise dos Dados da Pesquisa

Buscando aprofundar estudos anteriores (MOCELIN, 2014; RAIZER, 2015), o estudo teve por base pesquisa realizada com um grupo composto por 44 mulheres e 16 homens, totalizando 60 casos. A distribuição dos professores por rede encontrou 53 casos na rede estadual, 3 na rede municipal, 3 na rede privada ou particular e 1 na rede federal. Sobre a renda bruta, 23% dos professores recebem até 2 salários mínimos, 46% recebem até 3 salários mínimos e 25% acima de 3 salários. Os outros 6% dos docentes não especificaram as suas rendas.

Diante da opção de múltipla escolha: “Quais seriam as maiores dificuldades para o ensino da Sociologia na Educação Básica”, do total de 134 respostas somadas, 74% dos professores marcaram a opção “número limitado de períodos”. De fato, um período semanal reservado para a disciplina de Sociologia constitui um tempo limitado, uma vez que, na prática, não se constitui em período cheio. O professor, chegando na sala de aula, precisa fazer a chamada, obter a concentração dos estudantes e desenvolver vários tipos de atividades para tornar a discussão sociológica objeto de interesse dos estudantes. O conjunto dos professores sente-se pressionado pelo curto tempo que possui para dar conta de aspectos práticos e da atenção aos temas e conteúdos sociológicos propriamente ditos.

Podemos destacar que apenas 1 entre 21 professores com formação específica em Ciências Sociais apontou o “desinteresse dos alunos” como sendo uma das principais dificuldades para o ensino da Sociologia (Tabela 3). Comparando com os professores sem

formação na área, observamos que 14 entre 39, apontam as dificuldades encontradas no ensino de Sociologia associadas ao desinteresse e resistência dos alunos em sala de aula.

Tabela 3 - Dificuldades do ensino de Sociologia pela graduação dos docentes.

	Graduação		Total
	Outras graduações	Ciências Sociais	
Desinteresse dos alunos pela disciplina	10	1	11
%	27,8%	5,0%	
Número limitado de períodos	25	16	41
%	69,4%	80,0%	
Falta de integração com outras disciplinas	6	4	10
%	14,7%	20,0%	
Falta de formação específica	18	5	23
%	50,0%	25,0%	
Falta de legitimidade da disciplina	12	7	19
%	33,3%	35,0%	
Ausência de material didático	10	5	15
%	27,8%	25,0%	
Resistência dos alunos ao tema da disciplina	6	0	6
%	12,1%	,0%	
Outros	7	3	10
%	19,4%	10,0%	
Total	39	21	60

Fonte: Elaboração própria

No entanto, ao analisarmos os mesmos profissionais pela instituição na qual concluíram a sua graduação, observamos que aqueles que concluíram sua formação em instituições privadas tendem a apontar as dificuldades no ensino de Sociologia aos alunos em uma proporção de 3 para 1 em relação aos profissionais com formação na rede pública, tanto no que tange o “desinteresse” quanto à “resistência dos alunos”. O número limitado de períodos, a falta de integração com outras disciplinas, a falta de formação específica e o material didático

também foram aspectos bastante citados, em uma proporção menor de 2 para 1. Há, portanto diferenças entre as formações público e privada.

Os dados que temos não permitem concluir sobre razões para o fato de que os docentes formados em instituições públicas não destaquem com tanta ênfase como os outros o tema do desinteresse dos estudantes de Ensino Médio. Entretanto, adiante formulamos uma hipótese a respeito.

Entre os professores com tempo de magistério de 0 a 7 anos, o número limitado de períodos destaca-se alcançando 19 de 23 respostas. Este fator também tem importância para os demais grupos, principalmente entre os que atuam a mais de 20 anos. Para os professores que têm um tempo médio de docência, de 8 a 20 anos, a resistência e desinteresse dos alunos parece ter um peso maior do que para os demais grupos já que 11 de 27 professores apontaram o desinteresse ou resistência dos alunos como dificuldades, números bem mais expressivos do que os demais grupos.

Podemos observar que separando os professores por faixa etária, os com mais de 50 anos não encontram dificuldades relacionadas aos alunos. Também podemos notar que os professores com idade até 35 anos se preocupam mais com o número limitado de períodos, enquanto os professores de 35 a 50 anos, em sua maioria, apontam a carga horária da disciplina. Uma parcela significativa encontra nos alunos as dificuldades no ensino de Sociologia, demonstrando certa relação com os professores que atuam de 8 a 20 anos no magistério.

Os professores que recebem acima de 3 salários mínimos apontam menos problemas relacionados aos alunos e, por sua vez, percebem a falta de formação específica como a principal dificuldade da disciplina. Em uma possível leitura, poderíamos deduzir que estes profissionais trabalham em instituições que remuneram melhor, oferecendo melhores condições de trabalho e uma qualificação com formação continuada, como mestrado, especialização, etc.

O número limitado de períodos, embora seja quase que consenso em todos os grupos analisados, merece um destaque nos professores que recebem até 2 salários mínimos. É possível que a necessidade de trabalhar mais e aumentar os ganhos pesou neste quesito, bem como a falta de formação específica, já que com uma melhor formação é possível na rede pública, evoluir no plano de carreira e passar a receber um salário maior.

Os professores de 35 a 50 anos são os que mais percebem os alunos como uma das dificuldades para o ensino da disciplina. Os professores mais jovens se preocupam mais com a própria disciplina (legitimidade e número de períodos). Os professores com mais tempo de experiência e de atuação no magistério se preocupam, na sua maioria com o número limitado de períodos, talvez por vivenciarem este problema, ou talvez pelo fato de em outros momentos,

antes de 2007, no período em que a Sociologia ficou afastada das escolas, lecionarem outras disciplinas com mais tempo na grade curricular.

Podemos ponderar que quanto menor o salário, mais os professores se preocupam com a carga horária. Já quanto maior o salário, menos percebem os alunos como desinteressados ou resistentes à disciplina. Possivelmente, os professores que ganham mais tenham posição mais elevada no plano de carreira ou trabalhem em escolas com mais condições de infraestrutura, isso poderia justificar o por quê dos alunos não representarem uma dificuldade na mesma proporção que a demonstrada pelos outros professores.

Considerações Finais

A pesquisa, mesmo que exploratória, nos permitiu visualizar um panorama das condições do ensino de Sociologia e o tamanho dos desafios em consolidar as condições profissionais de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio⁹. A complexidade das estruturas educacionais, as relações do modelo federativo brasileiro com os estados e municípios e o alinhamento dos planos de educação, tornam as lacunas de regulamentação das normas impraticáveis no curto prazo, a exemplo das metas 15, 16, 17 e 18 do PNE 2014-2024.

A disciplina pensada em um processo de consolidação, ainda incipiente. Depois de praticamente 10 anos do seu retorno como disciplina obrigatória, podemos situá-la em uma configuração de interdependência entre os diversos agentes educacionais e suas estruturas, nas quais algumas variáveis condicionam e complexificam a relação do professor com o ensino de Sociologia: condições profissionais nas esferas pública e privada (concurso/contrato temporário), perspectivas de atuação, desprestígio da carreira docente e as relações intra-escolares entre os alunos e outros professores, coordenação pedagógica, direção da escola e secretarias de educação.

Nesse contexto de obrigatoriedade da disciplina, os dados referentes à formação do professor demonstram que o ensino de Sociologia na Educação Básica continua com um baixo índice de profissionais formados na área. Além de estar muito distante de garantir 100% dos professores com formação específica, como prevê a Meta 15 do PNE, este percentual está muito abaixo da média nacional, no qual 54,9% de professores do Ensino Médio possuem licenciatura na área em que atuam.

⁹Resolução CNE/CEB n. 2/2012

Os resultados evidenciam que os professores têm pouca participação nos cursos de pós-graduação e formação continuada. Em relação à formação continuada em cursos específicos para o Ensino Médio, a taxa de professores está muito baixa: 19,2%. No caso de professores com mestrado e doutorado, as taxas são ínfimas, 2,2% e 0,4% respectivamente. Na especialização, pouco mais de um terço dos professores possuem esse certificado, tornando a meta 16, que visa formar em nível de pós-graduação metade dos professores da Educação Básica impraticável no curto prazo.

No que diz respeito aos professores que lecionam a disciplina sem formação na área, encontramos um quadro similar ao período de pré-obrigatoriedade da disciplina em 2007, com muito profissionais das áreas de História e Pedagogia atuantes. Essa consideração tem relação direta com a carga horária, pois historicamente as disciplinas das Ciências Humanas possuem pouco espaço na grade curricular e, para cumprir as 20 ou 40 horas semanais, os professores têm a necessidade de ministrar outras disciplinas, diferentes daquela que sua formação de graduação os habilita. Com o professor de Sociologia não é diferente: do total de 47.961 docentes, 87,3% (41.867) lecionam outra(s) disciplina(s) além da Sociologia (INEP, 2013).

Outro resultado provável é que o baixo salário leva o professor a aumentar sua jornada de trabalho, buscando alternativas e novas fontes de renda, dentro ou fora da escola, isto é, intensificando a jornada de trabalho e dando aulas em outras modalidades - e muitas vezes em mais de uma escola. O perfil do professor de Sociologia que atua em outras etapas de ensino representa 61,9% (INEP, 2013).

Diante do problema da pesquisa, podemos pensar que a formação e o perfil deste professor influenciam diretamente na consolidação da mesma. Trabalhamos com a hipótese de que professores formados em outras áreas encontram mais dificuldades em lidar com os conteúdos e temas específicos e isso tem implicações no interesse dos alunos pelas aulas. Estes professores tendem a interpretar a existência de grande desinteresse por parte dos estudantes.

Outra hipótese que se apresenta para futuras investigações diz respeito à legitimidade da disciplina. A baixa carga horária no currículo não é o único motivo que evidencia limites. A percepção dos professores aponta para outras questões que envolvem desde o tipo de instituição formadora até as condições salariais dos docentes. A motivação de cada perfil de professor no engajamento e na legitimação da disciplina influencia diretamente a posição alcançada por ela no ambiente escolar e nas políticas públicas, por isso, o envolvimento com a Sociologia, desde a formação acadêmica torna-se central para sua efetivação.

A capacitação para os desafios da docência significa estar atento a inúmeras estratégias, metodologias de ensino e recursos disponíveis para fazer das práticas educativas algo mais

criativo e próximo dos alunos. Dessa forma, torna-se necessário um corpo docente com formação inicial e continuada na área para adquirir as ferramentas que auxiliem o processo de aprendizagem e ensino, ou seja, professores aptos para lidar com os conhecimentos específicos e para fornecer elementos sociológicos frente aos desafios da contemporaneidade.

As questões tratadas buscaram conhecer um pouco mais sobre o ensino de Sociologia no panorama da Educação Básica, visando reconhecer os desafios que temos pela frente e motivar para transformações. É preciso ressaltar que não compete apenas ao professor garantir a qualidade do ensino, já que a questão da formação dos professores e de suas trajetórias, ocorre em determinado contexto histórico e social que vai muito além das disposições e hábitos estruturados que se apresentam nos indivíduos. Os problemas educacionais são muito amplos, envolvendo condições infra estruturais do sistema da Educação Básica, desde o plano de carreira, infraestrutura das escolas, as possibilidades e perspectivas de atuação no magistério, entre outros. Uma vez que a carreira de professor seja valorizada e que os profissionais possam atuar em suas áreas de formação, espera-se que as escolhas individuais dos docentes, suas motivações e disposições apresentem implicações positivas para a educação. O maior reconhecimento de interesses dos estudantes pela Sociologia, a maior intimidade com seus objetos e temas de estudos, além de uma maior satisfação com as atividades profissionais, nesse caso, serão consequência.

Referências

ARROYO, Miguel. O direito do trabalhador à educação. In: GOMES, C. M. [et al]. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987, pp. 75-92.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - *Lei nº 9394/96*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. *CNE/CEB nº 38/06 de 7 de julho de 2006*. Trata da inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio. CNE, MEC, 2006.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *Lei nº 11.684/08 2 de junho de 2008*. Estabelece a inclusão das disciplinas de Sociologia em de Filosofia no Ensino Médio. Brasília: MEC, 2008.

CAREGNATO, Célia E.; CORDEIRO, Vitoria. Campo científico e a disciplina de Sociologia na escola. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 39-57, jan/mar 2014.

CAREGNATO, Célia E.; OLIVEN, Arabela. Educação superior e políticas de ação afirmativa no Rio Grande do Sul: desigualdades e equidade. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 64, p. 171-187, abr./jun. 2017.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Editora Edições 70. 1999

_____; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia da relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GATTI, B.A.; BARRETO, E.S.S. *Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social*. Brasília, DF: UNESCO, 2009. (Relatório de pesquisa).

INEP. *Censo da Educação Básica: 2011* - resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2011.pdf Acesso em: 3 maio de 2012.

_____. *Censo da Educação Básica: 2012* - resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf Acesso em: 6 de julho de 2017

_____. *Censo da educação superior: 2014* – Notas estatísticas. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf Acesso em: 6 de julho de 2017

_____. *Censo da educação superior 2013*: resumo técnico. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015. Disponível em http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf Acesso em: 6 de julho de 2017

_____. *Censo escolar da Educação Básica* - Notas estatísticas. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf Acesso em: 6 de julho de 2017

MENDES, Marcos. *O Governo Federal gasta pouco em educação?* Instituto Braudel, 2015. Disponível em <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2015/04/20/o-governo-federal-gasta-pouco-com-educacao/> Acesso em: 6 de julho de 2017

MOCELIN, Daniel Gustavo ; RAIZER, Leandro. Ensino da sociologia no Rio Grande do Sul: histórico da disciplina, formação do professor e finalidade pedagógica. *Revista Brasileira de Sociologia - RBS*, v. 2, p. 101-127, 2014.

RAIZER, Leandro; MOCELIN, Daniel Gustavo. Concepções político-ideológicas e didáticopedagógicas dos participantes do IV ENESEB. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 51, p. 316-329, 2015.

_____; CAREGNATO, Célia Elizabete ; MOCELIN, Daniel Gustavo ; PEREIRA, Thiago Ingrassia . O Ensino da Disciplina de Sociologia no Brasil: Diagnóstico e Desafios para a Formação de Professores. *Revista Espaço Acadêmico* (UEM), v. 16, p. 15-26, 2017.

SCHWEIG, Grazielle Ramos. 2015. *Aprendizagem e ciência no ensino de Sociologia na escola: um olhar desde a Antropologia*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131759/000980986.pdf?sequence=1>> Acesso em: 6 de julho de 2017

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2015. *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2015*. Disponível em: <http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A808A824D99C0D1014D9BEEEEBB0C18> Acesso em: 6 de julho de 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Centro de Formação Continuada de Professores. Marie Jane Soares Carvalho; Breno Neves; Rafaela Melo. *CultivEduca - valorizar o educador faz toda a diferença*. BR nº 512014001340-5, 07 nov. 2014. Disponível em <http://cultiveduca.ufrgs.br/43.50-2016.html> Acesso em 6 de julho de 2017

Recebido em: 07 de maio de 2017
Aceito em: 06 de junho de 2017